

5. TEATRO —

No início de abril, estreou em Londres, no "Royal Court", teatro de grande prestígio junto à crítica e ao público inglês mais selecionado e onde são apresentados, em curtos períodos sucessivos, espetáculos de vanguarda, o texto "Savages" de Christopher Hampton, autor considerado pela crítica especializada como dos mais promissores teatrólogos britânicos. Embora a trama central se concentre em torno do sequestro de um cônsul inglês por subversivos brasileiros — nas conversas das duas partes há frequentes referências a torturas e leitura de manifesto justificando a violência e criticando a absoluta falta de liberdade de pensamento e de expressão — o grande assunto da peça é a questão da sobrevivência do índio brasileiro, segundo o autor relegada por todos, inclusive os subversivos, a um plano secundário injustificável. Ainda segundo Hampton, a sobrevivência do índio está altamente ameaçada, em virtude da errônea política governamental que, para justificar um desenvolvimento econômico, não hesita em transformar o meio-ambiente do selvagem e "integrá-lo" na sociedade, sem respeitar suas características próprias. Em final de forte efeito visual e de grande impacto pela violência empregada, o autor lança ao público o resumo da ação: enquanto o assassinato do cônsul pelos sequestradores, como consequência do fracasso das negociações com o Governo, recebe manchetes em primeira página nos jornais das grandes capitais do mundo, o extermínio de uma tribo inteira de índios em prol de interesses "mais altos" (referência ao bombardeio infligido aos Cintas Largas em 1963, aparecendo na peça a confissão de um camponês participante do massacre) mal chega ao conhecimento público e cai rápido no esquecimento. A mensagem atinge diretamente a seu público, chocado com os selvagens, que são, na peça, todos exceto os que são convencionalmente denominados como tal. Em rápida cena, enquanto um general fardado: I- encomenda um relatório completo sobre a situação do índio brasileiro; II- anuncia a substituição do Serviço de Proteção aos Índios pela FUNAI; e III- revela o incêndio de uma das alas do Ministério da Agricultura em Brasília, justamente onde estaria guardado o relatório sobre a implicação do Governo no massacre dos índios, ouve-se parte do Hino Nacional Brasileiro, tendo como pano de fundo a Bandeira Nacional.

A apresentação viciada das questões indígena e

Doc. entregue pelo Pres.

Arg. Part. Pres. P.

do panorama econômico-social brasileiros teve repercussão das mais adversas junto aos círculos culturais e ao público em geral, que nem sempre dispõem de recursos para apurar fatos distorcidos e de cunho sensacionalista. A imprensa, tendo aceitado com simpatia a mensagem de Christopher Hampton, também terá induzido a opinião pública britânica a acreditar absolutamente verdadeiras as informações recebidas sobre o Brasil e procedentes as críticas feitas pelo autor.

A Embaixada manifestou, em entrevista pessoal do Ministro Francisco de Assis Grieco com o Subsecretário para Assuntos da América Latina no Ministério dos Negócios Estrangeiros, surpresa e indignação pelo uso no palco da bandeira e do hino nacionais brasileiros, com propósitos jocosos e puramente pejorativos, tendo o Embaixador britânico afiançado, naquela ocasião, que tomaria providências para remediar a situação, assegurando que não pouparia esforços, inclusive gestão oficiosa com a direção teatral, com propósitos persuasivos, tendo em vista os aspectos grosseiros e chocantes que não se coadunam com as tradições do Brasil. Dias depois, o mesmo Embaixador afirmou que não seria possível ao Governo britânico tomar providências eficazes para a não-utilização na peça "Savages" da bandeira e do hino brasileiros, tendo mesmo sugerido que a Embaixada do Brasil entrasse em contato direto com o grupo responsável pela encenação do espetáculo. Procurando não atizar polêmica, que só traria propaganda ao grupo e ao espetáculo, o que não nos beneficiaria de todo, a Embaixada sempre dirigiu seus protestos através das vias oficiais. Depois desse contato pessoal, a Embaixada, por nota formal à Chancelaria, protestou enfaticamente contra o uso difamatório de símbolos nacionais brasileiros, ressaltando que as falsas preocupações humanitárias da peça não conseguem disfarçar os propósitos de certos setores hostis ao Governo brasileiro, os quais, prejudicando nossa imagem na Grã-Bretanha, poderiam até tornar sem efeito os esforços em alargar ainda mais as boas relações existentes entre os dois países, embora reconhecendo que o grupo responsável pela montagem do espetáculo não tenha qualquer vínculo com os meios oficiais. A Chancelaria respondeu à nota repetindo que o Governo não pos

sua poderes legais para impedir sua montagem ou exercer qualquer tipo de censura, considerando (agora contrariamente ao que tinha sugerido à própria Embaixada fazer) ser contraproducente uma tentativa, através de contato com o grupo teatral, de modificação no espetáculo.

O espetáculo saiu de cartaz no dia 13 de maio, depois de pouco mais de um mês de representações, conforme previsto no início da temporada.

DTJ.23 1p 4/44

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

OFÍCIO Nº 016/73/ASI/FUNAI

Brasília - DF

Em 11/ABR/73.

Senhor Diretor,

Encaminhamos a V.Ex^a cópia do Ofício nº 116/PRES, de 06 de abril do corrente ano, no qual o Presidente da FUNAI presta esclarecimentos ao Exm^o Sr. Ministro do Interior sobre a matéria contida nas edições de 28/03 e 03/04/73, no jornal "Diário de Brasília".

Aproveitamos a oportunidade para renovar a V.Ex^a protestos de elevada estima e distinguido apreço.

JOÃO BEZERRA DE MELLO
CH. ASI/FUNAI

Ao

Exm^o Sr.

Gen. BRUNO CASTRO DA GRAÇA

DD-Diretor da DSI/MINTER

N E S T A

DTJ.24, p. 5141

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

Δ ASI.

Mello, eis aí duas
cópias do of. no 116/Pes
e recortes. Uma para o
seu arquivo e outra
que deverá ser remeti-
da à DSI.

Af.

06.11.73

Of. nº 116/PRES

DTJ.24, 6/41
Brasília, 6 de abril de 1973

Senhor Ministro,

Tendo em vista as matérias publicadas no Jornal "Diário de Brasília", edições de 28/3 e 3 do corrente, temos a honra de dirigir-nos a Vossa Excelência a fim de prestar-lhe os seguintes esclarecimentos:

1. - A matéria contida na edição de 28 último, sob o título "Cruz Vermelha vai cobrir deficiências da FUNAI", deve merecer os seguintes reparos:

a) Ao contrário do que afirmou o Jornalista Jaime Sautchuk, a Cruz Vermelha Internacional não vai cobrir deficiências da FUNAI no seu plano de saúde, mas sim, prestar colaboração em uma de suas áreas, apoiada no trabalho específico elaborado pela FUNAI para a Amazônia. O programa que será aproveitado, na sua totalidade pela CVI, tem como metas prioritárias a medicina preventiva, medicina curativa e educação sanitária.

O papel da Cruz Vermelha Internacional nesse caso, será o de trabalhar em estreita ligação com a FUNAI mediante convênio, executando conjuntamente as metas pré-estabelecidas, atuando numa área onde o acesso ainda é difícil e onde a colaboração

Excelentíssimo Senhor
Gen JOSÉ COSTA CAVALCANTI
Digníssimo Ministro de Estado do Interior

NESTA

desse organismo internacional será mais proveitosa.

b) As condições mesológicas da Amazônia reclamam sem dúvidas, no atendimento de povos isolados, mais recursos técnicos e financeiros, embora a FUNAI, sem contar com outras agências e sem outras ajudas, já ali vem atuando sem medir esforços. O oferecimento de colaboração técnica e científica por parte de um organismo internacional como a CVI, efetivou-se depois que os seus membros visitaram as regiões indígenas do país a fim de verificar as áreas que mais necessitavam de ajuda. Concluiu a CVI que as demais áreas já recebiam regular assistência, e que a Amazônia, dadas as suas características peculiares é que deveria contar com um esforço mais efetivo no campo da saúde.

c) É necessário que se diga mais uma vez que a FUNAI já conta com uma estrutura médico-sanitária e hospitalar própria e, através de convênios vem atuando em todo o território nacional, sem falar de suas Equipes Volantes de Saúde.

O oferecimento de ajuda por parte da CVI às nossas equipes que atuam na Amazônia só poderia ser bem aceita, sobretudo porque os seus dirigentes antes de qualquer compromisso solicitaram-nos para estudo os planos que já executávamos, e foi calcado neles que elaboraram seu programa de ajuda.

Da maneira como o assunto foi ventilado pelo colaborador do jornal, os menos avisados poderiam supor que o índio brasileiro está abandonado no setor de saúde e que é necessária a benemerência de um organismo internacional para salvá-lo, o que não expressa a verdade dos fatos.

d) Em momento algum o relatório da CVI fala na existência de genocídio no Brasil.

O trabalho que a atual administração da FUNAI vem executando junto ao grupo tribal Nhambiquara, longe de ser o "genocídio tanto falado no exterior", segundo o jornal, é na verdade um trabalho visando a preservação daquele grupo, que hoje recebe toda a assistência do órgão.

O que temos de mais expressivo para responder a tantas injustas e infundadas acusações contra a FUNAI é o fato de a sua política indigenista ter sido aprovada pelos países que participaram do VII Congresso Indigenista Interamericano, realizado em Brasília, em agosto de 1972. Nenhum país aprovaria uma política indigenista que não respeitasse a sobrevivência e a cultura do seu elemento indígena.

2. - Quanto a matéria sob o título "As controvertidas afirmações do homem da FUNAI em Cuiabá" edição de 3 do corrente, temos a esclarecer o seguinte:

a) Um jornalista do "Diário de Brasília", depois de atribuir ao representante da FUNAI, em simpósio realizado recentemente em Cuiabá, certas afirmativas que considera "controvertidas", tece, por sua vez, considerações as mais esdrúxulas sobre a política indigenista brasileira e a sua execução pelo organismo competente. Considerações baseadas em "livro ainda inédito" - e, obviamente, desconhecido em todo o seu conteúdo por qualquer estudioso do problema indígena. Segundo o jornalista o autor do "livro inédito" afirma que "o índio norte-americano foi melhor estudado e pesquisado que o brasileiro, bastando observar o fato de que nunca a Fundação Nacional do Índio editou livros científicos, como resultado de estudos ou pesquisas por ela realizados?"

Ora, a FUNAI, não tem função editorial. As obrigações da FUNAI são de executar a política indigenista nacional e estão fixadas em lei. No entanto, entre estas obrigações, figura a de proporcionar todas as facilidades possíveis aos estudiosos (antropólogos, etnólogos, sociólogos) para que pesquisem e estudem os nossos indígenas, cujas tribos são localizadas e atraídas ao convívio civilizado e cuja cultura é devidamente protegida tanto pela lei como pela orientação humanística que informa a política de integração nacional.

Uma bibliografia completa sobre o índio brasileiro está à disposição dos estudiosos, e, somente nos últimos três anos, é tão vasta que seria impossível levantá-la tão prontamente. No entanto, bastaria citar entre os autênticos antropólogos brasileiros as obras de Egon Schaden e Júlio Melatti; o livro dos irmãos Villas Boas, servidores da FUNAI; os estudos publicados por George Cerqueira Leite Zarur, do corpo de antropólogos da FUNAI, agora em curso de pós-graduação nos Estados Unidos. Relatórios de missões da Cruz Vermelha Internacional e da Anti-Slavery Society, autorizadas a percorrer livremente as áreas indígenas e assistidas por pessoal habilitado da FUNAI, aí estão demonstrando a ação desenvolvida pelo órgão competente em estudos e pesquisas indigenistas.

b) Quanto às missões, há diversos convênios realizados e compromissos firmados entre elas e a FUNAI; e não se compreenderia o trabalho independente das instituições missionárias, desde que a FUNAI é o órgão estatal competente para a atração, defesa e integração do índio, e não permitiria a ingerência de qualquer organismo que contrariasse os princípios legais e éticos sob os quais desenvolve as suas atividades.

Se a FUNAI não considerasse produtivo e eficaz o trabalho das missões autorizadas, é claro que esses grupos religiosos não funcionariam nas áreas indígenas. Opiniões pessoais livremente expressas não se podem chocar com o fato incontestável de que as missões continuam a prestar a sua colaboração valiosa, com autorização e sob a devida observação da FUNAI como é de sua atribuição exclusiva.

c) Citando ainda alguns trechos do "livro inédito" o jornalista menciona fatos históricos que teriam ocorrido no Brasil nos tempos de D. João VI em relação ao tratamento que deveria ser dado aos índios que atrapalhassem os trabalhos das bandeiras. Ao referir-se à política indigenista norte-americana, objeto de citação do representante da FUNAI, no simpósio, diz o jornalista que "nunca o governo daquele país decretou guerra aos índios ao contrário do Brasil que fez isso várias vezes".

Inverdades desse teor constituem subsídios para a imprensa mundial constantemente atacar a nossa política indigenista e, em consequência, distorcer a imagem do governo brasileiro.

Membros da Cruz Vermelha Internacional que aqui estiveram, bem como a comissão do Anti-Slavery Society tiveram oportunidades de constatar e afirmar à imprensa internacional o modo como o governo brasileiro trata o seu índio.

d) Assim, Senhor Ministro, estamos encaminhando a Vossa Excelência cópias xerox das referidas publicações, ocasião em que solicitamos seja o jornalista Jaime Sautchuk responsabilizado pelas inverdades, conforme preceitua a Lei de Imprensa.

DTJ.24.p.1141

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

6.

Ao ensejo, reiteramos a Vossa Excelência os nos-
sos protestos de elevada consideração.

O ORIGINAL FOI
ASSINADO PELO
Sr. PRESIDENTE

OSCAR JERONYMO BANDEIRA DE MELLO
PRESIDENTE

As controvertidas afirmações do homem da FUNAI em Cuiabá

Por Jaime Sautchuk

Acusar o Governo norte-americano de ter praticado genocídio contra índios é coisa que não poderia nunca partir de um antropólogo, mas partiu de um — Ney Land — que representou a Fundação Nacional do Índio no simpósio realizado na semana passada em Cuiabá. Apesar das matanças havidas na época da colonização e independência dos EUA, nunca o Governo daquele país decretou guerra aos índios, ao contrário do Brasil, que fez isto várias vezes.

Até 1871 todos os grupos indígenas norte-americanos eram tratados como nações independentes, tendo o exército daquele país efetuado diversas matanças na época da guerra da independência, quando lutaram contra os ingleses e os índios ficaram do lado deles. Em 2 de julho de 1924 o Congresso dos EUA deu cidadania a todo o indígena que habitasse sem seu território.

Já no Brasil, nos tempos de D. João VI — o Rei enviou uma carta ao Governador da Capitania de Goiás na qual dizia que todo o indígena que atrapalhasse os trabalhos das Bandeiras que começavam suas expedições por esta área deveriam ser mortos e "os que ficarem vivos deverão ser submetidos a escravidão". Isto consta de um livro ainda inédito do Presidente do Instituto Antropos do Brasil, Antropólogo Padre José Vicente Cesar, sobre o Direito Indígena e a leviandade do representante da FUNAI é apontada pelo livro "Os Selvagens Americanos Perante o Direito" de autoria de Rodrigo Otávio.

Segundo o Padre César, o índio norte-americano foi melhor estudado e pesquisado que o brasileiro, bastando para isso observar o fator de que nunca a Fundação Nacional do Índio editou livros científicos, como resultados de estudos ou pesquisas por ela realizados. O presidente Washington, dos Estados Unidos, decretou uma lei afirmando que "qualquer reclamação dos índios devem ser encaminhadas diretamente a presidência dos Estados Unidos, e todo o indivíduo que cometer algum crime contra eles deve ser punido pela Suprema Corte" e a partir daí seguir-se-ão diversas publicações resultantes de estudos e pesquisas feitas por órgãos responsáveis.

MISSÕES RELIGIOSAS

Outra acusação feita pelo Antropólogo Ney Land foi contra as missões religiosas que atuam no Brasil, dizendo que "discordo de qualquer trabalho religioso no meio indígena". Lógicamente, também nesta área — como diz o Sertanista Francisco Meirelles — existem maus trabalhos sendo realizados, mas o representante da FUNAI esqueceu-se da missão das "Irmazinhas de Jesus", que atuam junto aos índios Tapirapés com uma técnica diversas vezes elogiada por organizações estrangeiras, inclusive pelo antropólogo da Cruz Vermelha Internacional, Herbert Balds, conhecido mundialmente por ser contra missões deste estilo.

Esqueceu-se também do trabalho do missionário lituano Alexandre Bendoraitis, que cuida dos índios Pakaás-Novas de Guajará-Mirim, mantendo para isto um hospital, uma escola e um organizado sistema de assistência. Também existe uma missão de salesianos, que trabalha com os índios habitantes às margens do rio Alpís e na localidade de São Marcos, no Mato Grosso, responsáveis pela elaboração da conhecida Enciclopédia Bororo e muitas outras.

Ney Land é um dos bons conhecedores de uma proposta de convênio feita pelos Jesuítas que trabalham em Itiariti (Diamantina

— Mato Grosso), contendo 19 cláusulas e que foi rejeitada na íntegra pela Fundação Nacional do Índio. Land era a favor do convênio, mas nada conseguiu, sendo este possivelmente o motivo pelo qual nas declarações em Cuiabá ele disse que respeitava somente o trabalho dos Jesuítas.

Diversos religiosos, inclusive o padre e antropólogo José Vicente Cesar, acham que Ney Land deveria ter mais cuidado em afirmar certas coisas, principalmente quando não tem grande conhecimento sobre determinado assunto". As afirmações de Land com relação às missões coincidem em parte com as do sertanista Apoena Meirelles, as quais foram rebatidas na semana passada pela FUNAI.



Remissiva de arquivamento de documentos especiais

Notação:

AA3.DTI.24₁₀-13/41

Dados do documento especial

Característica:

Conteúdo:

Localização:

Dados da unidade de arquivamento de onde foi retirado o documento

Obs:

DIJ.24, p. 15/41

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMO. Nº 008 / SA

Brasília, 9 de janeiro de 1974

Atuda-se
9/1/74.
Jul.



Senhor Chefe da ASI :

Como é de conhecimento de V.Sa., a Im prensa Nacional vem divulgando matéria sobre a FUNAI em que envolve assunto contido em Relatório Confidencial do Técnico de Indigenismo Ezequias Paulo Henringer Filho dirigido ao Sub Coordenador de Cuiabá.

O propósito desta Presidência, é apu rar o responsável ou responsáveis pela quebra de sigilo, bem como conhecer o propósito desta divulgação em que se procura atacar a Administração da FUNAI com campanha supostamente des moralizadora.

Para que o Exmo. Senhor Presidente da FUNAI, através do seu órgão competente possa aplicar a devida punição ao responsável por este ato, determina a essa ASI que seja ouvido os funcionários abaixo:

Gerson da Silva Alves
Apoena Meirelles e
Ezequias Paulo Henringer Filho.

Atenciosamente,

La documentação
foi arquivada
no Pasto Ezequias Paulo
Henringer Filho.

Jul. 11/7/74.
Relatório em anexo. *Seguim-n*

[Signature]
GELCIMAR SOARES DOS SANTOS
Superintendente Administrativo
Substituto

DTJ. 24, p. 16/41

OFÍCIO Nº 001/GAB/P - CONFIDENCIAL

Brasília, 05 de fevereiro de 1975.

Senhor Comandante,

Acuso o recebimento dos Ofícios nºs 012/E2 e 015/E2, de 22 e 24/01/75, respectivamente.

Pelo conteúdo do primeiro é dado entender que a Presidência da FUNAI, contrariando entendimentos havidos nas reuniões realizadas com esse Comando, teria dado conhecimento de assunto debatido numa delas.

Desejo esclarecer a V.Exa. que em absoluto tal não aconteceu. O artigo publicado no jornal "A Notícia", do dia 22/01/75, foi em resposta ao publicado no jornal "O Estado de São Paulo", na véspera, 21/01/75. Face às repercussões negativas das declarações atribuídas ao Cmt do 6º BEC, que poderiam propiciar pronunciamentos por parte de Antropólogos, missionários e outros, reagindo contra as mesmas, achou esta Presidência que se o órgão responsável pelo nosso Índio, o fizesse, o assunto seria minimizado, o que de fato aconteceu.

Pode V.Exa. ficar tranquilo, de que os entendimentos havidos serão respeitados e que o clima de confiança e de íntima cooperação ora existente, a FUNAI tem interesse de manter.

A título de subsídio, remeto a V.Exa. cópia do relatório do massacre ocorrido em 1947, com os irmãos Briglia.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V.Exa. protestos de estima e consideração.

ISMARTH DE ARAUJO OLIVEIRA

Presidente

Exmo.Sr.

Gen Bda Gentil Nogueira Paes

DD. Cmt. do 2º Gpt E Const

MANAUS - AM

DTI. 2418-17/41

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

OF. Nº 407/DGO

, 01/07/75

Diretor do Departamento Geral de Operações

Exmo. Sr. Presidente da Funai

Encaminha of.nº23/CONF/6ªDR

1. Encaminho a V.Exa. o of.Conf.nº23, do Sr. Delegado da 6ª DR e, bem assim dois recortes de jornais que dão publicidade a matéria de interesse desta Fundação.

Ao ensejo apresento a V.Exa. protestos de estima e consideração.

ORIGINAL ASSINADO PELO DIRETOR

JCS/iap.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

DTI. 24, p. 18/41

PASTA PRES.

OFÍCIO Nº 389/PRES

Brasília, 07.05.85

Do: Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Ao: Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Interior
Doutor Ronaldo Costa Couto

Face as notícias veiculadas pela imprensa, que dão conta de anormalidades administrativas praticadas no Órgão e preocupado em preservar o nome da Instituição, permito-me submeter a decisão de Vossa Excelência a viabilidade ou não de se proceder a um exame pelo Setor competente dessa Pasta nas contas desta Fundação.

Desta forma, espero contribuir para o bom êxito de sua gestão à frente do Ministério do Interior, pelo que me coloco a inteira disposição de Vossa Excelência para a consecução dos objetivos dessa Administração.

Aproveito a oportunidade para apresentar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

GERSON DA SILVA ALVES
Presidente em Exercício

2 cópias entregues
a GERSON, em
10 05 85

Pasta DCV

TI-24/p-19/41

ASF

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — FUNAI

Memo. nº *026* 178-DGPC
Diretor do DGPC

, 18/jan./78

Exmo. Senhor Presidente da FUNAI



Senhor Presidente:

Tomando conhecimento de matéria publicada no Jornal "O Estado de São Paulo", datada de 15/01/78, intitulada: TÉCNICOS CRITICAM A DISTRIBUIÇÃO DE VERBAS DA FUNAI, cópia em anexo, onde há alusão a declaração de antropólogo, no primeiro parágrafo, como segue: "Essa informação é recolhida entre antropólogos e meios técnicos ligados à própria FUNAI".

Informo a V.Excia. que os antropólogos do DGPC não prestaram informação ao aludido Jornal.

Respeitosamente,

MINTER - Fundação Nacional do Índio
Dept. Geral de Planejamento Comunitário

João Alves de Melo
Diretor

Pres. Lourenço Cordeiro
- sig. JH.
24.1.78.

verbas da Funai

Da sucursal de
BRASILIA

A programação financeira da Fundação Nacional do Índio para 1978 poderá comprometer seriamente a execução de alguns dos seus principais projetos previstos para este ano, notadamente os de desenvolvimento de comunidades indígenas e de demarcação de 4 milhões de hectares de áreas silvadas no Pará, Mato Grosso, Amazonas e Bahia. Essa impressão é recolhida entre antropólogos e nos meios técnicos ligados à própria Funai, temerosos de que a liberação de 132 milhões de cruzeiros esperados pelo órgão sofra algum atraso ou, até mesmo, na pior das hipóteses, não seja concedida.

É que a Funai destinou 173 milhões dos 224,5 milhões de cruzeiros de seu orçamento, para o setor de administração, reservando somente 8 milhões para o desenvolvimento das comunidades indígenas e 10 milhões para a demarcação dos 4 milhões de hectares — dois projetos considerados prioritários. Isso, na expectativa de que um empréstimo no valor de 67 milhões solicitado à Caixa Econômica Federal e recursos do PIN (Programa de Integração Nacional), estimados em 165 milhões, sejam aprovados. A Funai, no entanto, defende se afirmando que essa foi a melhor maneira encontrada para distribuir os "poucos recursos" que serão repassados pelo Ministério do Interior neste exercício.

Segundo a Funai, critica-se que mais de dois terços do orçamento tenha sido destinados ao setor de administração. Porém, diz o órgão, "o fato tem uma explicação: não são apenas as despesas de pessoal e custeio da sede, em Brasília, que são computados em administração. Mas todas as despesas referentes aos 169 postos indígenas, três parques, 12 delegacias e seis ajudâncias espalhadas por todo o País.

Além disso, despesas como o deslocamento e operação das equipes volantes de saúde que percorrem os postos e parques indígenas, que em tese deveriam ser registradas no sistema de assistência, por exemplo, na prática têm de constar em administração, de acordo com as normas de discriminação orçamentária recomendadas pelo governo.

Deduzidas as despesas de custeio, pessoal (estas dentro do incremento determinado pelo governo federal), restaram pouco mais de 57 milhões de cruzeiros, do pequeno orçamento aprovado pelo Ministério do Interior, para serem distribuídos pelas demais atividades. Mas certa de poder contar com os recursos do PIN e da Caixa Econômica, a FUNAI estabeleceu um mínimo possível para as atividades de demarcação e desenvolvimento das comunidades indígenas.

A intenção é retirar 40 milhões do empréstimo da Caixa Econômica e 10 milhões dos recursos pedido ao PIN e somá-los

aos 10 milhões destacados no orçamento. Para completar os 60 milhões necessários para demarcação dos 4 milhões de hectares programados para 1978. E para o desenvolvimento das comunidades indígenas à FUNAI restariam 27 milhões do empréstimo da Caixa que, somados aos 8 milhões do orçamento e 42 milhões do PIN, totalizariam 77 milhões de cruzeiros — o maior até agora destinado a esse setor.

Contudo, a obtenção desses recursos tem se revelado problemática: o pedido de empréstimo feito à Caixa Econômica, por exemplo, se arrasta há três meses. E, além dos entraves burocráticos, a Funai ainda espera que a Secretaria de Planejamento da Presidência da República disponha-se a ressarcir o empréstimo junto à CEF, que o órgão não terá as mínimas condições de pagar. Enquanto isso, a utilização dos recursos do PIN deveriam ter sido decididos em uma reunião marcada para quinta-feira, no Ministério do Interior, mas ela foi adiada por tempo indeterminado.

Advertem os técnicos que pelo menos dois projetos de desenvolvimento de comunidades — além da demarcação de áreas indígenas — poderão ser afetados se as fontes alternativas procuradas pela Funai para a obtenção de recursos não obtiverem uma deflagração favorável logo nas próximas semanas. O primeiro deles, no Nordeste, onde a Funai pretende aplicar 42 milhões em novos projetos agrícolas e pesqueiros entre os índios pataxo, na Bahia, e fulnio, em Pernambuco. A situação mais difícil de ser convalidada, no entanto, seria a do projeto da Grande Dourados, que o órgão pretende desenvolver entre os quase sete mil índios guarani, kaiwa e terena que habitam ao Sul de Mato Grosso: o projeto depende inteiramente dos 27 milhões que serão retirados do empréstimo da CEF.

Existem outros projetos na dependência da obtenção desses recursos. Um dos mais importantes, é o da manutenção das frentes de atração instaladas na Amazônia. E que a Funai distribuiu os recursos para as frentes de atração de duas formas: 2 milhões de cruzeiros, oriundos do orçamento, para as equipes localizadas no Pará (índios parakama e arara), Acre (machineri), Rondônia (caripuna e boro) e Roraima (que procura contato com os yanomamis), de 13 milhões ainda não confirmados do PIN para a atração dos waimiri-atroari, marubo, tikuna, maiuruna, suruis e yanomamis.

"Temos tudo para desenvolver um bom trabalho em 1978" — afirma um técnico da Funai. "Mas é certo que estamos na inteira dependência do dinheiro pedido ao PIN e à Caixa. Se ele não for concedido" — admite o técnico "não sei como conseguiremos superar. A curto ou médio prazo, os problemas que surgirão".

Parto, Pres

DTJ 24, p. 21141

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — FUNAI

Gabinete do Presidente

OF. Nº 017 /PRES

Brasília, 11 de abril de 1978

Senhor Ministro,

De conformidade com a informação prestada por esta Presidência, em data de 31.03.78, em cumprimento ao despacho de V. Exa. proferido no telex nº 75 de 16.03.78, do Representante' do Território Federal de Roraima ao Dr. Sandoval Ferreira Lima, sobre matéria publicada no "Jornal de Brasília" de 13.3.78, de denunciando graves acontecimentos por ocasião da inauguração da ponte sobre o Rio Cotingo, informo a V. Exa. que recebemos, agora, o resultado da sindicância feita.

Nestas condições, estamos encaminhando a V. Exa., junto ao presente, uma cópia do Termo de Encerramento de Sindicância, cujas conclusões ratificam os esclarecimentos fornecidos, via rádio, pelo Delegado da 10a. DR-Boa Vista/RR e comunicados a V. Exa. naquela oportunidade.

Ao ensejo, reiteramos a V. Exa. protestos de apreço e consideração.

ORIGINAL FOI
ASSINADO PELO
SR. PRESIDENTE
ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA

Ao Exmo. Sr.

Doutor MAURÍCIO RANGEL REIS

DD. Ministro de Estado do Interior

Brasília - DF

Vide RS-106-A/78-arg. parto 10ª DR

Ang

Pedro Calmon
Edmundo Santiago Chagas
Advogados

AO JORNAL DO BRASIL.

O Coronel Aviador Paulo Leal, Presidente da FUNAI, tendo em vista a reportagem do Jornal do Brasil de sexta-feira, dia 16 de outubro de 1.981, página NACIONAL - 5, sob o título

"LEAL NA FUNAI AFIRMA QUE ÍNDIO É PROBLEMA NACIONAL "

vem a público esclarecer que é totalmente inverídico o texto do tópico "SAIR DA TRINCHEIRA", no qual consta um diálogo com uma reporter, envolvendo o nome do General Demócrito Soares de Oliveira nos seguintes termos:

"Indagou o nome de uma reporter presente e disse-lhe: "Você já trabalhou para mim". Depois explicou que se tratava de uma série de reportagens sobre corrupção na Coordenação da Amazônia (COAMA), um órgão da FUNAI para a região que era dirigido pelo General Demócrito Soares de Oliveira. Em consequência das denúncias, a COAMA foi extinta e a jornalista processada pelo General. "Se fosse comigo isso não teria acontecido. Fique tranquila que ninguém mais vai te processar - disse o Coronel Leal.....".

Este diálogo jamais existiu. A notícia veiculada pelo Jornal do Brasil, através de reporter de que a COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA (COAMA), que era dirigida pelo General Demócrito Soares de Oliveira foi extinta, por denúncias de corrupção, é totalmente falsa, fruto criado na imaginação do reporter que levou a notícia ao Jornal do Brasil e este a tornou pública.

DTJ. 24, p 23/41

A Presidência da FUNAI tem a esclarecer que a Coordenação da Amazônia (COAMA) foi extinta em virtude de nova estrutura administrativa. E, em consequência, o seu Diretor, General Demócrito Soares de Oliveira, afastou-se da FUNAI por livre e espontânea vontade.

Esclarece, ainda, que durante todo o tempo em que o General Demócrito Soares de Oliveira esteve a frente da COAMA prestou relevantes serviços à FUNAI não existindo nenhum fato que venha desabonar a sua conduta de homem honrado.

Por se tratar de informação e divulgação de fato inverídico, envolvendo o nome do Presidente da FUNAI e do General Demócrito Soares de Oliveira ex-Diretor da entidade, é de se exigir que a presente retificação seja publicada na íntegra, no mesmo lugar, com o mesmo destaque, em caracteres tipográficos idênticos ao do escrito anterior, dentro de 24 horas, tudo de acordo com os artigos 29,30,31 e 32 da Lei 5.250 de 9 de fevereiro de 1.967, (Lei de Imprensa).

Atenciosamente
Coronel Aviador Paulo Moreira Leal
Presidente da FUNAI.

Recebi xerox em
22.10.81

Alciana
Alciana Aparecida Bonetti Barbosa
Chefe de Gabinete
PJ/FUNAI
Part. 014/P/77

Edifício Baracat - Conj. 1605 - Fones: 226-3183 - 225-6203
Setor Comercial Sul - Brasília - DF

Edifício Baracat - Conj. 1605 - Fones: 226-3183 - 225-6203

Revmo. Pe. Paulo Suess

DD Secretário do Conselho Indigenista Missionário

Paz em Cristo

Há uma semana a imprensa nacional divulga mensagens de V.Rev., sobre assuntos de saúde ligados à FUNAI.

Inicialmente reagi, como de rotina, às inúmeras 'manifestações' do CIMI, procurando descobrir a essência da mensagem, para que pudéssemos melhorar cada vez mais a assistência ao nosso irmão índio, pois ser FUNAÍSTA não é uma profissão, é um estado de espírito voluntário e só pessoas de boa vontade realmente conseguem desempenhar esta nobre missão.

Com a insistência da notícia em torno do mesmo assunto, com enfoque completamente deturpado, julgo um dever de caridade cristã esclarecer V.Rev. sobre o propósito da Operação, que por sinal servirá também para dar conhecimento à opinião pública sobre o assunto, pois em todas as notas dos jornais nota-se completa e total ignorância do assunto e apenas um denominador comum, a ameaça velada e ataque à reputação e dignidade de homens de bem.

O Fator Diego é simplesmente uma característica hematológica, como é o fator RH, descoberto casualmente na Venezuela e que levou este nome por ter sido encontrado no sangue da Senhora Diego, é mais um elemento na classificação de grupos sanguíneos. A importância científica deste fator está relacionada com o fato de ele, o Fator Diego, apresentar-se na raça mongolóide e ausente nas raças caucasóide e negróide. Cientistas do mundo inteiro vêm estudando o assunto há muitos anos e consta na literatura médica que ameríndeos e particularmente os índios brasileiros, apresentam um percentual de positividade dos mais altos do mundo, na faixa dos 45%. Esta descoberta é um dado interessante para a confirmação das hipóteses da origem do homem brasileiro, que teria sido pelo Estreito de Bhering, pelas ilhas da Polinésia, ou mesmo do velho mundo através da lendária Atlântida.

Em Brasília existe uma cientista, uma hematologista da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, cujo nome não declino, para não ferir sua modéstia. De renome internacional, a referida hematologista recebeu da Europa uma amostra de soro para a referida pesquisa. Procurando o Diretor da AGESP, este chamou-me para assessorá-lo como Chefe da Divisão de Saúde e meu parecer como médico, homem de Saúde Pública, professor titular e diretor da Faculdade de Medicina, não poderia ser outro que não o de apoiar a iniciativa, uma vez que com a pequena amostra de sangue colhida, cerca de 10 ml, seriam feitos outros exames como hemograma, Reação de Machado Guerreiro e pesquisa de Antígeno Austrália, no que resultou em diagnóstico precoce de um caso de Doença de Chagas e dois casos de hepatite em índios nossos, precocemente tratados.

Como vê V. Rev., seria um absurdo científico encarar tal exame como indicador de indianidade, pois ele simplesmente é um marcador antropológico. Maior absurdo ainda seria usar este resultado como identificador de grupos raciais que teriam a tutela da FUNAI, pois os 15.000 YANOMAMI casualmente apresentam uma incidência de positividade de 0,0%, e nem por isto a FUNAI negou sua tutela àqueles brasileiros, muito pelo contrário; em recente decisão do Ministro Mário Andreazza, quase que 1/3 do Território Federal de Roraima está sendo reservado para aqueles índios.

Rev. Padre Paulo Suess, querido pastor de minha igreja, Igreja Católica Apostólica Romana, meu primeiro ímpeto foi processá-lo por calúnia, por tentar denegrir minha honra de médico brasileiro. Mas sou católico, Padre, católico dos velhos tempos; em minha Bíblia está escrito que não se deve falar mal de pessoas ou coisas consagradas a Deus. E V. Rev. usa o prenome de Padre, portanto, é meu pastor. O Presidente João Figueiredo estendeu a mão a todos os Brasileiros natos ou naturalizados. O Presidente Paulo Moreira Leal estendeu a mão a todos os homens de boa vontade, interessados em ajudar o índio; em tempo recorde, ele criou uma nova FUNAI: Problemas de terra, problemas de saúde, problemas de educação, problemas de assistência religiosa de qualquer credo.

V. Rev. foi convidado para nossa reunião, em 27 do corrente. Nós queríamos aprender com o Secretário de Organização tão interessada em índio, mas V. Rev. não compareceu e a resposta foi um novo ataque pela imprensa, no dia 28, desta vez com ataque nominal a minha pessoa, e, de maneira velada, fazendo referências à métodos nazistas. Ainda está em tempo, Padre. Apareça na Divisão de Saúde, para me ensinar a melhor tratar os índios; minha mão também está estendida para receber seu apoio, sua orientação, seus conhecimentos.

Meu querido Pastor, eu uso a memória para esquecer. Garanto que não me recordo mais daquela missa de Cuiabá, encerramento de uma reunião do CIMI. Realmente foi um choque para mim. Como católico praticante, Coordenador Diocesano da Pastoral dos Enfermos em Montes Claros, em 1.981, irmão da Irmã Ivone de Barros Lima, missionária na Amazônia há 30 anos e irmão da Irmã Luzia de Barros Lima, Superiora Geral das Vicentinas de Língua Portuguesa, ora residindo em Paris, tendo oportunidade, vou à minha missa aos domingos e, em Cuiabá, naquele domingo do mês de julho de 81, ao ir à missa noturna na Catedral, deparei-me com cenário maravilhoso: missa concelebrada por 13 bispos e 2 arcebispos. Senti realmente elevação espiritual, mas não foi duradouro o sentimento, pois logo notei que a cerimônia não era missa e sim um comício, pois era uma solenidade de encerramento de reunião do CIMI.

Veja que ironia, eu estava na área justamente para instalar as 27 enfermarias-residências ao longo da BR-364 e acabara de montar complexa operação de socorro aos YANOMAMI, em surto de sarampo, quando foi engajado pessoal da FUNAI, helicópteros da gloriosa Força Aérea Brasileira e pessoal do valoroso Exército Nacional, bem como do Projeto Rondon e de Governo do Território Federal de Roraima, quando vozes agressivas, com ataques estrangeiros atacavam a integridade do Presidente Geisel, do Pre

sidente João Figueiredo e de elementos da FUNAI, que eram omissos nos NAMBIQUARA e nos YANOMAMI. Tentei, já que todos falavam - religiosos e leigos - fazer também minha prece na oração dos fiéis, para pedir a proteção de Deus aos médicos e enfermeiras que arriscavam a vida em helicópteros, sobrevoando a floresta amazônica, em pequenos barcos sendo carregado nas costas para transportar corredeiras, em marchas de 8 dias, com gelo e vacinas para proteger nossos irmãos índios, e a palavra me foi negada.

Ainda há tempo, Padre. Se V.Rev. realmente é padre da Igreja Católica Apostólica Romana, se segue a orientação de nosso Sumo Pontífice, o Santo Padre João Paulo II, apareça na Divisão de Saúde da FUNAI para me ensinar, para me orientar, para que o serviço de Saúde possa melhor servir ao índio. Se V.Rev. é falso padre, volte para a sua terra, volte para sua Alemanha, pois o Brasil é um país caboclo, é um país cristão, aqui não há espaço para germinar sementes de nazismo. Nós estamos abertos, mas em eterna vigilância e doutrinas alienígenas não florescerão em nosso querido Território Brasileiro.

Brasília, 28 de abril de 1.982



DR. J.A. DE BARROS LIMA

20 ABR 82

Cimi denuncia estudo racista sobre índio

O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), padre Paulo Suess, disse ontem que o chefe da Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas (Agesp) da Funai, coronel Ivan Zanoni Hausen, está desenvolvendo estudos sanguíneos de indianidade, para estabelecer quem é ou não índio no Brasil e definir quem continuará recebendo a tutela da Funai.

O presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, negou a existência destes estudos. Durante missa em comemoração ao dia do índio, o coronel Leal observou que "desconhece qualquer estudo neste sentido e, caso lhe seja apresentado, não irá aprová-lo por não acreditar na necessidade de novos critérios além dos que são estabelecidos pelo Estatuto do Índio".

Padre Paulo Suess disse que isto revela uma discordância interna dentro da Funai. "Eu já vi os estudos do coronel Zanini, em que ele propõe estabelecer, a partir de exames de sangue, quem ainda é índio no Brasil. É um estudo absurdo e descabível na medida em que tenta legalizar o racismo contra a pessoa do índio" — acrescentou.

MAPA

O ministro do Interior, Mário Andreazza, recebeu, ontem, do ministro Rubem Ludwig, da Educação, o mapa etno-histórico sobre o índio brasileiro, elaborado pelo antropólogo Curt Nimendaju, em solenidade comemorativa ao Dia Nacional do Índio.

O mapa que foi elaborado há quase 40 anos é considerado um dos trabalhos mais importantes sobre a etnografia brasileira e estava em poder do Museu Nacional. Sua publicação, agora, é uma co-edição da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretaria de Planejamento da Presidência da República e da Fundação Nacional Pró-Memória.

Andreazza disse que ficava emocionado "por significar o encontro do passado com o presente, no momento que o governo federal se empenha em assegurar todos os direitos de autodeterminação aos grupos indígenas brasileiros".

O senador Jorge Kalume (PDS/AC) registrou, ontem, no plenário do Senado, a comemoração da Semana do Índio, iniciada no último dia 13. Segundo ele, o governo tem sido sensível no sentido de buscar um "modus-vivendi" entre os interesses dos índios "e aqueles que penetram a floresta em busca de terras, para transformá-las em campos pastoris e agrícolas".

Disse ainda o senador que existem cerca de 160 grupos indígenas no Brasil. Na sua opinião, "a ignorância do passado contribuiu para uma falta de reflexão em favor desse povo inocente e merecedor de amparo". Acrescentou que, somente com a atuação do marechal Rondon é que os índios passaram a receber um tratamento "ditado pelo bom senso".

O dia do índio foi comemorado ontem em Minas Gerais com a entrega de Cr\$ 180 mil aos 45 índios krenauques que ocupam 13 alqueires de terra em Resplendor, a 547 Km de Belo Horizonte, por dois representantes do Grupo de Estudos da Comissão Indígena (Grequi) e também com palestras nas escolas de I e II graus nas cidades de Juiz de Fora e Governador Valadares promovidas pela Funai.

Data: 30-4-82

Página: 5

DTJ. 241 p. 28/41

Funai fará exame de sangue, diz o Cimi

BRASÍLIA — A Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas da Funai (Agesp), está elaborando novos critérios de indianidade. Desta vez, a Agesp pretende saber quem é índio no Brasil a partir de exames de sangue que devem ser aplicados em algumas comunidades cuja identidade é duvidosa. A denúncia foi feita ontem pelo secretário geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), padre Paulo Suess.

Ao fazer a denúncia, o missionário informou ainda que os estudos da Agesp "atestam uma profunda discordância na Funai, porque ao mesmo tempo em que o coronel Paulo Leal, presidente do órgão, desaprova os critérios de indianidade, o coronel Zanoni Hausen, diretor da Agesp, elabora novos critérios".

O presidente da Funai, Paulo Leal, disse ontem que "desconhece" os novos estudos sobre a indianidade. Sua declaração foi feita após a missa celebrada pela Funai na Igreja de Dom Bosco em Brasília e o coronel Leal afirmou também que "esses critérios não devem existir". Há cerca de dois meses Paulo Leal vetou os estudos sobre indianidade feitos pelo coronel Zanoni Hausen. Esses estudos pretendiam identificar os índios através de critérios históricos, geográficos, antropológicos e biológicos. Ao recusar o estudo, o presidente da Funai sustentou o argumento de que "a identidade indígena deve ser averiguada a partir do Estatuto do Índio, que é bastante claro nesse aspecto".

O professor Olímpio Serra, ex-diretor do Parque Indígena do Xingu, ao tomar conhecimento dos novos estudos que pretendiam determinar a indianidade dos grupos tribais brasileiros afirmou que "esses percentuais são utilizados nos Estados Unidos e, se no Brasil os critérios adotados forem os mesmos daquele país, o estudo pode ter um efeito de "boomerangue", porque os critérios sanguíneos vão revelar uma massa indígena muito grande escondida na estrutura de classe desse país".

SOLENIDADE

O ministro Mário Andreazza, do Interior, recebeu do ministro da Educação, Rubem Ludwig, o mapa etno-histórico de Kurt Nameandajum, antropólogo alemão que viveu e morreu entre os nhambiquaras do Vale do Guaporé, em Rondônia. O estudo é considerado um dos trabalhos mais importantes sobre a etnografia brasileira. Elaborado há quase 40 anos, o mapa estava em poder do Museu Nacional e foi agora publicado.

Data: 29.4.82

Página: 4

Igreja insiste: Funai usa critério de sangue

A Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), divulgou, ontem, nota repudiando a "aplicação de quaisquer critérios biológicos de sangue em populações indígenas, para verificar sua identidade étnica". O episcopado considera tal procedimento como "racista, lembrando métodos nazistas e ofensivos aos princípios éticos e cristãos".

A nota divulgada leva em consideração as denúncias feitas pelo secretário do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Paulo Sues, durante a semana passada. A aplicação de critérios sanguíneos, segundo o padre, foi feita no final de janeiro deste ano em alguns

índios Tapirapé, quando eles estiveram em Brasília para tratarem de problemas de terra com a direção da Fundação Nacional do Índio (Funai). Na época, os índios reclamaram da quantidade de sangue que lhes foi retirada pelo médico da Casa do Ceará, doutor Paulo, por ordem do chefe da Divisão de Saúde do órgão tutor, coronel Barros Lima, antigamente subordinado à Agesp, dirigida pelo coronel Ivan Zanoni Hausen.

A CNBB e a Comissão Episcopal lembra ainda a necessidade de acelerar o processo de demarcação das terras indígenas, com o objetivo de impedir os conflitos que decorrem das invasões e grilagem.

Com relação a identidade étnica dos índios Xacriabá

— uma das causas da denúncia do Cimi, o bispo de Januária (MG), dom João Batista Przyklenk informou que um documento assinado por D. João VI e reconhecido pelas autoridades federais, concedeu ao grupo o direito de caça e pesca nas terras. Segundo ele, os indígenas que hoje fazem questão de serem chamados de "caboclos", vivem praticamente da caça e da pesca e são reconhecidos pela população envolvente como um grupo indígena.

Ressaltou o bispo que os critérios biológicos não podem ser utilizados para identificar um povo. "Seria um proceder animalesco, pois no Brasil a nacionalidade obedece outros critérios; como o territorialidade, língua, interesses comuns e outros".

Data: 24-11-82

Página: 5

DTJ. 24, p. 30/41

Funai nega critério sanguíneo para aferir indianidade

A Fundação Nacional do Índio (Funai) voltou a afirmar ontem através de sua Assessoria de Comunicação Social, que não existe nenhum critério sanguíneo de indianidade sendo aplicado em grupos indígenas, conforme denunciou o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). "As principais metas do órgão a serem atingidas, relacionam-se com o compromisso assumido pelo presidente, coronel Paulo Moreira Leal, quando de sua posse: demarcação das terras indígenas, educação e saúde", afirmou o assessor, Odil Telles.

Conforme a denúncia do Cimi, comprovada através de carta assinada pelo chefe da assessoria geral de estudos e pesquisas (Agesp), coronel Zanoni Hausen, em fins do mês passado, indagava a um de seus auxiliares sobre a possibilidade de aplicar nos índios Xacriabá, localizados no norte do Estado de Minas Gerais, "indicadores biológicos, melhor dizendo, de sangue".

Ainda no mesmo documento, o coronel Zanoni Hausen solicitava que seu auxiliar respondesse, por escrito, a seguinte indagação: "como ficaria a população Xacriabá, em termos de identidade étnica, se fossem aplicados indicadores de san-

gue?". Isso depois do presidente do órgão, coronel Paulo Leal, ter declarado que não aproveitaria os estudos sobre critérios de indianidade concluídos na gestão do ex-presidente, coronel João Carlos Nobre da Veiga.

Para o atual presidente, a lei número 6.001, de 1973, — Estatuto do Índio — em seu artigo terceiro, item um, define satisfatoriamente quem seja "índio". A legislação define como índio "todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional". Em razão disso, o coronel Paulo Leal, declarou que não "havia necessidade de novos critérios para definir quem é ou não índio".

Com relação a aplicação dos critérios sanguíneos de indianidade (não somente estudos) nos índios Tapirapé, no final do ano passado, segundo o Cimi, a Funai disse não ter conhecimento do fato. Assegurou o assessor de imprensa, que a Funai está perfeitamente integrada, trabalhando sob a orientação de seu presidente, sem que nenhum auxiliar extrapole suas ordens.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMO Nº 020 /CIRC/PRES

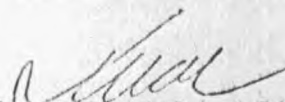
Em 22 .04.82.

Do: : Presidente da FUNAI
Ao: Sr. Assessor Chefe da ASI
Assunto:

Considerando propagação por diversos órgãos da imprensa falada e escrita, que a FUNAI estaria promovendo e laboração de planos e critérios de indicadores de INDIANIDADE, determino aos senhores Diretores e Assessores, esclareçam a todos os setores subordinados que esta Presidência jamais autorizou a efetivação desses indicadores, e que, portanto, este assunto não deva mais ser abordado no âmbito da FUNAI.

Solicito ainda, sejam suspensas toda e qualquer atividade por ventura existente que tenha correlação ou de margem a interpretações distorcidas do real objetivo deste órgão, cuja atuação se baseia única e exclusivamente na legislação vigente (Lei 6.001/73).

Atenciosamente,


PAULO MOREIRA LEAL

~~PRESIDENTE~~

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMO. Nº 007/83-ASI/FUNAI

Brasília-DF., 13.JAN.83

Do: Chefe da ASI/FUNAI

Ao: Sr. Assessor Chefe da AGESP

Assunto: Vazamento de assuntos sigilosos.

Senhor Chefe

Tenho a satisfação de acusar o recebimento do Despacho nº 023/82, relativo ao Memo do Assessor INALDO DE LACERDA LIMA.

Sobre o assunto cumpre-me esclarecer a V. Sa. que a sugestão conquanto válida, é extremamente difícil de ser executada face ao natural sigilo que envolvem os vazamentos constantemente ocorridos.

Na verdade, julgo mais eficaz uma ação contínua de doutrinação, de cima para baixo, em todos os escalões da FUNAI procurando alertar aos funcionários para o desprestígio que sofre esta Fundação com essas ações clandestinas e a veiculação pela imprensa de assuntos internos do Órgão.

Por outro lado, obviamente, quando detetados, os elementos que vazam informações para os setores externos devem ser sumariamente demitidos para servir de exemplo aos que praticam atos ilícitos dentro da FUNAI.

Atenciosamente.


Humberto da Costa Monteiro
Assessor - Chefe ASI / FUNAI

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

DTJ. 24, p. 33/417
ASI/FUNAI
N.º 9/7 182
EM 1º/2/82

DESPACHO Nº 023/82-AGESP

Ref.: Memo. s/nº-82 do Assessor III INALDO DE
LACERDA LIMA

Da: AGESP
À : ASI

Anexo: cópia xerox da matéria

Encaminho-vos solicitando providências
em atenção ao proposto no penúltimo parágrafo.

Atenciosamente,

Em, 01/dez./82

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas

José Zanon
José Zanon Hausen
Chefe

*Assi
Gonçalves*

DI-25, p-34/41



MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

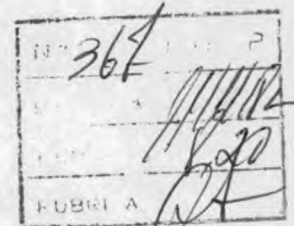
MEMO s/nº /82 - AGESP

Em 19 NOV 1982

Do: Assessor III - Inaldo de Lacerda Lima

Ao: Senhor Chefe da AGESP,

Assunto: Denúncia



Muita coisa me tem surpreendido em nossa Fundação, nesses meus dois anos de colaboração com ela, no que tange a disciplina. Mas, há sempre aquele algo mais que pode levar um chefe, um servidor, uma autoridade administrativa qualquer a encarecer soluções efetivas e definitivas para um problema. E este vem de repousar no fato bastante exótico, senão sórdido, de publicações em jornais diversos de documentos internos da FUNAI, sem qualquer autorização competente para isso.

Estou, Senhor Chefe, anexando à presente denúncia, uma matéria publicada à página 12 do PORANTIM de novembro de 1982, isto é, de sua última edição. Esta matéria é constituída de cópia quase integral de um Relatório de Viagem de minha competente autoria, e não me consta ter havido autorização da FUNAI para publicação desse documento. Também quero esclarecer que tal denúncia não faço pelo fato do aparecimento de meu nome mas em razão do crime que tal fato representa, do ponto de vista administrativo.

É oportuno e importante acentuar que documentos internos da FUNAI têm sido surrupiadados para publicação em jornais públicos. Mas este de que ora me ocupo, Senhor Chefe, está publicado justamente em jornal particular de inimigo declarado da FUNAI, do Brasil e da própria sociedade brasileira, como é o caso do PORANTIM, jornal mantido pelo CIMI, instituição que se intitula Conselho Indigenista Missionário, cuja única missão que vem demonstrando é a de confundir, embair consciências, difundir a anarquia e promover o desrespeito à nossa nacionalidade. Declara-se pertencer à CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, organização que, por ser religiosa, deveria testemunhar a nobreza cristã, um elevado senso de religiosidade e profundo respeito pelos sagrados princípios do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, sobretudo respeito à nossa soberania nacional. Para ilustrar quanto esses pseudo-cristãos estão distanciadados do cristianismo do Cristo, transcrevo do Evangelho de São Mateus (22: 15-22) o seguinte diálogo entre o Cristo e os fariseus (Igreja da época):

OS FARISEUS: "-Mestre, sabemos que és sincero e que ensinas o caminho de Deus (...). Diz-nos, pois, é ou não é lícito pagar o tributo ao César?"

JESUS: (conhecendo-lhes a malícia) "-Mostrai-me a moeda do tributo" (recebendo de alguém um denário): "de quem é esta imagem e inscrição?"

OS FARISEUS: "-Do César"

JESUS: "-Dai, pois, ao César o que é do César e a Deus o que é de Deus".

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

Poderia Cristo perfeitamente parodiar fosse Ele interrogado: " - De quem é a tutela indígena?" e o CIMI responderia: "- Do governo brasileiro ." e o Cristo concluiria: "- Então deixai o Índio com a FUNAI e cuidai da vossa verdadeira missão: amparar os desprotegidos, as crianças abandonadas das ruas que, por falta de assistência de missionários serão, mais tarde na condição de bandidos, perseguidas pela sociedade e mortas como marginais".

Ao contrário, Senhor Chefe, ao contrário de uma conduta crítica, elevada e superior, tem se negado o CIMI a qualquer colaboração com a FUNAI, preferindo espalhar a baderna, jogar criminosamente o Índio contra as armas assassinas dos peões-de-fazendas, criar estado de conflitos de índios com não-índios, difundir infâmias contra a FUNAI em dialética tipicamente marxista, dificultando assim a ação governamental, comprometendo a paz social, procurando desmoralizar a ordem e o progresso - lema sagrado de nosso nacionalismo e civismo.

Face o exposto, e considerando a matéria publicada à página 12 do PORANTIM, encareço a V.Sa. seja, sem mais delonga, proposta uma sindicância pertinaz e contínua no sentido de ser descoberto o agente (ou agentes) do CIMI dentro da FUNAI. E aquele (ou aqueles) que, impatriota ou leviano faz entrega ou tenha feito aos inimigos da FUNAI, do Índio e do Brasil de documentos que não existem para ser divulgados, sejam aplicadas as penas de Lei.

Aproveito o ensejo, Senhor Chefe, para informar a V.S.^a que a Lei 1711/52 (Estatuto dos Funcionários Públicos) já previa em seu Capítulo II, do Título IV, art. 194 ser dever do funcionário: "V - Lealdade às instituições constitucionais e administrativas a que servir"; "VIII - Levantar ao conhecimento da autoridade superior irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo." E proibir em seu capítulo III, art. 195 - "II retirar, sem prévia autorização da autoridade competente qualquer documento ou objeto da repartição". Na condição de falta grave (art. 209), o funcionário poderia ser demitido com a nota: "a bem do serviço público".

Atenciosamente,

30-11-82

*De acordo; uma
minha - x = ASI,
solicitando as
providências que
caso para a
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas
Joan Zanoni Hausen
Chefe*

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas

Luiz
Luiz de Lacerda Lima
Assessor Técnico

TUTOR

Visão indigenista primária

Cômicos, se não tivessem conseqüências trágicas, novos fatos vão sendo revelados para comprovar a inépcia daqueles a quem a Lei confia a tutela dos povos indígenas. Abaixo, PORANTIM publica trechos de um relatório de viagem do funcionário Inaldo de Lacerda Lima, Chefe da Divisão de Educação do Departamento Geral de Planejamento Comunitário (DGPC) durante a gestão do Coronel Nobre da Veiga à frente da Funai. Em janeiro de 1981, Inaldo foi encarregado pelo coronel Ivan Zanoni Hausen para inspecionar quatro Delegacias Regionais da Funai, três delas em companhia do Tenente-Brigadeiro Protásio Lopes de Oliveira, notório por causa de suas teses de "abrasileiramento" dos índios. Completamente ignorante em antropologia, o assessor do coronel Zanoni surpreende-se com a nudez dos índios Apalaí, fica encantado com o projeto colonizadores de que os índios daquela região são vítimas, e sugere que os índios sejam educados para construir suas aldeias de tal forma que elas se transformem em futuras cidades.

Entre outras surpreendentes descobertas, Inaldo Lima constata que "o Território de Roraima está totalmente infestado de aldeias indígenas..."

RELATÓRIO DE VIAGEM

Sr. Diretor do DGPC,

Em cumprimento à Instrução Técnica nº 014/81 - DGPC, em epígrafe, incorporei-me, no dia 1º de fevereiro de 1981, à Comitiva do Exmo Sr. Tenente-Brigadeiro PROTÁSIO LOPES DE OLIVEIRA, digníssimo Presidente da INFRAERO, com o objetivo de conhecer e inspecionar algumas aldeias indígenas que ele pretendia visitar em seu trabalho de inspeção de aeroportos. (...)

Dia 2 de fevereiro - 2º dia de nossa viagem. Às 7:30 h. Partimos em direção a... chegamos às 8:40h. (...)

Às 11:05h decolamos em direção a APALAI, onde chegamos ao meio-dia. Tivemos aí o nosso primeiro contato com aldeias indígenas. Ai travamos conhecimento com o Chefe do Posto Indígena, NAPOLEÃO VITORINO SOLIMÕES FILHO, o qual me conduziu até a escola e falou-me de suas condições diversas: a escola em período de férias conta com 37 crianças e 30 adultos. Não

existe monitor bilingüe e é uma das aldeias da Amazônia assistida pela FAB. Aproveito a oportunidade para informar que a Força Aérea Brasileira presta um grande serviço ao índio em toda essa região longínqua de selva e céu. No entanto, aprendi que a FAB não é muito favorável ao processo bilingüe, conforme declarou-me mais tarde sua Exa., o Brigadeiro Protásio de Oliveira. (...)

Em Apalaí, fomos também apresentados ao Cacique; observamos que o índio ali ainda anda nu, apenas com o órgão sexual (homens e mulheres) coberto por uma tanga vermelha. (1)

Às 13:25h, voamos com destino a Tiriôs, outra aldeia indígena no meio da selva densa e quase na fronteira com as Guianas. Fiquei bastante surpreendido com o que lá tive oportunidade de ver: cerca de oitenta crianças, entre 5 e 11 anos de idade, fardadas (uniforme: saia azul e blusa branca) receberam-nos cantando o Hino Nacional e o Hino da Força Aérea, tudo muito bem ensaiado. O professor, um índio Tiriôs muito simpático e muito educado. Quem tanto o trabalho muito bom que se desenvolve entre os Tiriôs, estão o frade alemão missionário Frei Angélico, já bem velhinho e um enfermeiro (que desempenha também papel de médico) de nome Aldo Oliveira. Sob a orientação de Frei Angélico, os índios constróem pontes, fabricam tijolos e telhas, constróem casas, aprendem mecânica, cortam a árvore e fazem tábuas especiais numa serra movida a eletricidade com máquinas excelentes. A obra é totalmente mecanizada e a argila é de primeiríssima qualidade. Frei Angélico vem transformando a Aldeia Tiriôs numa cidade. Aliás, é isso que eu desejava sugerir ao nosso respeitável e emérito Presidente da Fundação Nacional do Índio, o nobilíssimo coronel Nobre da Veiga, empenhar-se tanto quanto possível no sentido de direcionar a educação do índio de modo a que cada Aldeia Indígena seja uma cidade no amanhã. Os índios seriam educados no sentido de constróem suas residências, mesmo a partir de taipa e palha ou capim, mas em forma de arruados. Orientados, eles podem fazer isso. Em Tiriôs não há posto indígena. O Brigadeiro Protásio é contra a ideia. Mas acho que a Funai deve interessar-se por isso. Frei Angélico está velho, muito velho, o Brigadeiro Protásio

parece-me já próximo da reforma (aposentadoria), e o belo grand trabalho iniciado entre os Tiriôs como ficará? Isso me deixou preocupado. (...)

4º dia de viagem. (...); depois de almoçarmos na base militar do Exército decolamos com destino Pari Cachoeira, onde pouso às 15:15h. Pari Cachoeira não é uma cidade, mas uma Missão Salesiana com a tarefa de educar catequizar índios da região. (...) Lá tivemos a visita de Miguel, um índio Tikano (sic) que trouxe-me notícia do índio Sampaio, que esteve com o Cacique Juruna e Tribunal Bertrand Russel e que anda fazendo campanhas pela Amazônia, tentando rebelar os índios daquela região. Há o Brigadeiro Protásio procuramos convencer o índio Miguel para comparecer fiel ao Governo Brasileiro confiante no trabalho da Funai da Força Aérea Brasileira. (...)

5º dia de viagem. Tanto em Tiraquá como em Uaupés foram feitos apelos no sentido de cooperarmos professores. Verifiquei ainda que as Missões Salesianas dominam o Rio Negro, realizando atividades de educação. Também tivemos notícias do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e de uma, na região, tentando recrutar forças. (...)

Fiquei logo sabendo que existiam em Roraima 144 professoras, cujas maiores não tem o 1º Grau completo. Essas professoras devem ser contratadas pela Funai porque o salário delas não vai além de quatro mil e quinhentos cruzeiros: a Funai pagar-lhes mais do que o dobro desse valor. Tudo vai bem em função do bom relacionamento político-social entre o Delegado da Funai e o Governador do Território.

Outras informações colhidas: Não há problemas com a merenda, em Roraima; b) O Território de Roraima está totalmente infestado de aldeias indígenas mas somente sessenta delas possuem escolas, no entanto apenas sete recebem supervisão pedagógica, regularmente; c) Há professores com apenas a 4ª série primária dando aulas para alunos 5ª série; (...)

Finalmente, neste mesmo dia, segunda-feira, regressamos com a mente cheia de preocupação diante do mundo de confusão que a Funai tem pela frente a lutar em favor do homem indígena. (...)

(1) Os grifos são do PORANTIM

abalada
as vazias

Cacique Pedro Tukuna

to; e eu não sei se o presidente já sabendo disso ou não.

Olha, eu estou fazendo denúncia da Casa do Índio em Manaus porque eu encontrei com meu irmão índio contando para mim sobre a situação dele. Eu encontrei com quatro Tukuna e eles disseram assim: "Olha, capitão Pedro, nós queremos ir embora já". Eu perguntei por quê. Ai eles disseram: "Porque nós não estamos mais agüentando com falta de médico atender e também por falta de alimentação, que é muito ruim. O índio está com falta de frutas e com falta de peixe. A única coisa dá nada, apenas algumas frutas para os doentes". Isso é verdade, porque eu já passei às vezes na Casa do Índio e já conheço o problema dela. Todos os índios só tomavam café às oito horas da manhã e o almoço saia a uma hora da tarde e a janta é sopa merenda de mingau e arroz. É só nada mais é por isso que o índio Tukuna que está internado na Casa do Índio em Manaus passava o dia inteiro no mato, só comendo fruta de buriti, que nem animal, e um porco do mato.

Será que o delegado da Funai não tem coragem de melhorar a situação desta coisa? Porque duas vezes eu já reclamei para ele. Ai ele disse: "Eu vou mudar a Casa. A outra vai ser melhor". Ele disse assim, mas não mudou nada. Esta agora é pior. Porque não tem como ir no hospital e o senhor Kazuo não vem aqui. A Casa do Índio não tem nem transporte para levar o hospital, apenas só tem uma Kombi para atender 100 pessoas. Mas tem funcionário que está ganhando a toa sem fazer nada. É melhor mudar todos os funcionários, porque não se vê eles fazendo nada. Casa do Índio em Ma-

PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

A43.DTJ.24.p.37/41

ANO V - Nº 45

Brasília-DF, Novembro de 1982

Cr\$ 140,00

SEMANA DO ÍNDIO - 83

TERRA SIM



MAURO RILLO

VIOLÊNCIA NÃO

Página 13

Pakaa-Nova: aniversário sem foguete

Há 21 anos os índios *Pakaa-Nova* foram atraídos. Eram cinco mil. Hoje são apenas mil sobreviventes.

Págs. 8 e 9

Eleições: índios no palanque

A representação indígena no Parlamento foi o tema de um debate organizado pelo PORANTIM.

Págs. 4, 5, 6

Marionete na luta ameríndia

O teatro de bonecos *Dadá*, de Curitiba, mostra na França a exploração dos índios das Américas.

Última página

Pasta AGESP

DTJ.24, p. 38/41



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI



Memo. nº 406 /82 - AGESP/CIRCULAR

Em 16/07/82

Do: Encarregada da Biblioteca

Ao: CHEFE DA ASI.

Assunto:

Encaminhamos a V.Sa., em anexo, um exemplar do "Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajū", para conhecimento dos técnicos dessa Unidade.

Na oportunidade apresentamos a Vossa Senhoria nosso apreço e consideração.

✓ SEPLAN; Fundação IABE

Sec de Cultura do MEC; Fundação Nacional Pro-memória

MINTER - Fundação Nacional do Índio

Helianthues
Vera Maria Cavalcante Alne-
Bibliotecária

- Ciente

- Afixe-se o mapa ao selotex

MW

16-7-82

Auditoria apura estouro de 28 bilhões na Funai

A Funai está atravessando a maior crise de sua história, afirmou ontem o Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, ao revelar que está sendo feita uma auditoria para apurar as causas do estouro de Cr\$ 28 bilhões no orçamento do órgão, fixado em Cr\$ 12 bilhões em 1985 e que já foram gastos. Também será apurada a contratação "desnecessária" de 400 pessoas, de janeiro a maio deste ano. O prazo da auditoria se encerra na próxima semana.

Costa Couto adiantou que a Funai, logo que a Nova República se instalou, enviou para Brasília 600 índios, pagando passagens aéreas e hotel. O dinheiro, na opinião do Ministro, deveria ter sido melhor empregado, como, por exemplo, "em programas de saúde para aldeias mais necessitadas".

Costa Couto — que falou à imprensa depois de uma palestra na Escola Superior de Guerra — disse que o Governo vai liberar ainda este mês Cr\$ 5 bilhões para pagar dívidas já contraídas pela Funai.

Sem descartar a possibilidade de desvio de verba, Costa Couto salientou a necessidade de a Funai ter um controle mais rigoroso dos gastos e intensificar a assistência aos índios, evitando distorções e

Índios de 17 tribos fazem protesto contra a exoneração de Delegado

RECIFE — Revoltados com informações da possível exoneração do Delegado Regional da Funai em Pernambuco, Antônio Vicente, cerca de 100 índios representantes das 17 tribos de Pernambuco e Alagoas invadiram a Delegacia do órgão nesta capital e ameaçam não sair enquanto ele não voltar ao cargo.

Os índios souberam que Antônio Vicente foi chamado a Brasília e a qualquer momento chegaria seu substituto. Eles

equivocos, como os que estão ocorrendo atualmente.

Sobre o pedido de demissão do Chefe de Gabinete da Funai, Daniel Coxini — que está apenas há quatro meses no cargo — Costa Couto disse que será aceito, acrescentando que vai propor ao Diretor Gerson Alves a extinção do cargo, por considerar que a função não tem muitas atividades.

● Com a expulsão anteontem à noite de mais uma família de posseiros da reserva indígena Xacriabá, no Norte de Minas, aumentou o clima de tensão na região. Ontem, a população de Itacarambi — município onde fica a reserva — amanheceu apreensiva com a informação de que uma família de posseiros havia sido chacinada pelos índios. Ao final do dia, porém, a Polícia Militar garantiu que ninguém ficou ferido no ataque dos Xacriabá.

Segundo informações do subcomandante do 10º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Montes Claros, Major Paiva, o ataque dos índios começou por volta das 21 horas de segunda-feira. Os Xacriabá chegaram armados e expulsaram o posseiro José Geraldo, sua mulher e os quatro filhos de casa. Em seguida, colocaram todos os móveis no terreno e foram embora.

exigem contatos com o Presidente da Funai, Gerson da Silva Alves, que chegará hoje à tarde a Recife para solucionar o problema.

Walfredo Silva, Delegado Adjunto da Funai em Pernambuco, depois de telefonar à presidência do órgão em Brasília ontem à tarde, se reuniu com João Francisco, líder do movimento e cacique da tribo fulni-ô, prometendo que o Delegado não será substituído.

e empresas vinculadas já estão trabalhando em regime de aviso prévio. Caso os funcionários dispensados sejam considerados necessários ao serviço serão readmitidos. Para isso será formada uma comissão que analisará caso por caso. Vários órgãos já mandaram suas listas de dispensados.

DPF prepara nova operação epadu

BRASILIA — O Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Coronel Luiz Araripe, anunciou ontem que está sendo planejada uma nova operação de erradicação do epadu — matéria-prima para a fabricação da cocaína — na Amazônia.

"Frederico III" é o nome da operação, que deverá incuir a instalação de uma delegacia flutuante nos rios da região.

Raciente do Inamps terá acompanhante

BRASILIA — A partir de agora, os pacientes internados nos hospitais do Inamps, conveniados ou contratados, poderão ser acompanhados por seus familiares. Esta medida derruba uma discriminação social e econômica existente nos hospitais públicos, pela qual alguns pacientes segurados pelo Inamps podem ter acompanhantes e outros apenas visitas no decorrer da semana. O Ministro Waldir Pires, que assinou a portaria, determina que o Inamps regularmente a medida de acordo com a realidade das superintendências regionais.

Mais multas por poluir Cubatão

SÃO PAULO — A Refinaria Presidente Bernardes; da Petrobrás, e a Siderúrgica Paulista S.A. — Cosipa — foram multadas em 10.016 ORTNs pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), por emissão de poluentes além dos níveis permitidos, na área de Cubatão.

A Refinaria recebeu duas multas de 4008 ORTNs cada (total de cerca de Cr\$ 300 milhões), a Cosipa foi multada em 2000 ORTNs (aproximadamente Cr\$ 85 milhões).

O GLOBO

03/7/85

443-DTJ-24, p. 40/41
PRES

Ciente Argentino
Guendeluz

611344FNAI BR
21325250PRM BR

MINVER -
FUNAI BRASLIA - DF
72 JAN 1986
PPI 21 - B58

MSG 546 DE 22.01.86 OP.:VILMA

ILMO. SR. ARGENTA HEIRELLES
PRESIDENTE FUNAI
BRASLIA - DF

TLR. NR. 010/PW/86

TENDO TOMADO CONHECIMENTO, NA DATA DE HOJE, DE ENTREVISTA DO EMPREGADO DESTA EMPRESA JOAO GREGTES SCHNEIDER, PUBLICADA NA EDICAO DE 31.12.85 DO JORNAL DO COMERCIO DE NANAUS, CUMPRE-ME ESCLARECER:

- 1) A DIRETORIA DA CPRM DE MODO ALGUM ENDOSSA AS OPINIOES EXTERIORES NA MATERIA JORNALISTICA EM QUESTAO.
- 2) O SR. SCHNEIDER ESTA RECEBENDO UMA ADVERTENCIA FORMAL EM FACE DO OCORRIDO, DE MODO A QUE EPISODIOS DESTA NATUREZA NAO MAIS SE REPITAM NO AMBITO DA CPRM.

NA OPORTUNIDADE, RENOVAMOS A V.SA. AS NOSSAS EXPRESSOES DE CONSIDERACAO E APECO.
ATENCIOSAMENTE - JOSE CARLOS BOA NOVA - PRESIDENTE CPRM

PLS CONF REC MSG
611344FNAI BR
21325250PRM BR

ASIS/FUNAI
80/86
BR 231 01/86

FUNAI SEC/GAB
207
LIT. [Signature] 22/1/86
SAID. [Signature] 23/1/86

A Assi
manter e retornar
a residência.
23/01/86
[Signature]

DTJ. 24, p. 41/41

Así:

Debeso conker o troes es
entruista, citen sus tetex.

José Apolonia Soares Meirelles
Presidente

29/11/86.